

**Um Império no prelo.
História Natural e administração colonial na Casa
Literária do Arco do Cego (1799-1801)**

**Printing an Empire.
Natural History and colonial administration in the *Casa
Literária do Arco do Cego* (1799-1801)**

Gabriel da Costa Ávila*

Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
gabriel.avila.00@gmail.com

RESUMO: Neste texto, defendemos a hipótese de que a Oficina Literária do Arco do Cego – instituição que, entre 1799 e 1801, publicou quase uma centena de obras voltadas para a difusão de conhecimentos de História Natural capazes de serem aplicados ao desenvolvimento agrícola de Portugal e do Brasil – se tornou um *ponto de passagem obrigatório* para agentes do alto escalão do Estado português e também para os naturalistas. O que se pretende é examinar o papel ocupado pela referida Oficina Literária no espectro mais amplo das articulações entre História Natural e administração colonial utilizando os aportes teóricos da História das Ciências, sobretudo a partir das noções de rede, interesses, translações.

PALAVRAS-CHAVE: História Natural, Administração colonial, História das Ciências.

ABSTRACT: In this article, we sustain the hypothesis that the Oficina Literária do Arco do Cego – a publishing institution that, between 1799 and 1801, published almost one hundred books focused on the dissemination of knowledge on Natural History capable of being applied on the development of agriculture in Portugal and in Brazil – has become a *necessary waypoint* for important agents of Portuguese State and for Natural Historians. The aim of this study is the examination of this Oficina Literária do Arco do Cego's role in the broader aspect of the relations between Natural History and colonial administration utilizing the theoretical contributions of the History of Sciences, specially the notions of network, interests, and translations.

KEYWORDS: Natural History, Colonial administration, History of Sciences.

Além disto, espalhar estes conhecimentos, Senhor, he formar proselytos de História Natural, sciencia mãe de todas, as que podem formar a felicidade do homem, em quanto vive, e, por consequencia fazer que elle seja hum Cidadão útil, um Vassallo necessario

Frei José Mariano da Conceição Velloso

* Membro do *Scientia* – Grupo de Teoria e História da Ciência e da Técnica

Introdução

A Casa Literária do Arco do Cego foi certamente um acontecimento singular, embora de maneira nenhuma isolado, na paisagem cultural portuguesa de fins do século XVIII e início do XIX¹. Ela nasce no bojo de um projeto político de valorização dos conhecimentos advindos da História Natural, cuja produção era entendida como necessária para o avanço econômico de Portugal, sobretudo através do fomento ao desenvolvimento das suas possessões coloniais. Com efeito, o surgimento de uma série de políticas estatais que visavam à modernização da sociedade portuguesa é ponto pacífico na literatura histórica que versa sobre o período². Para muitos historiadores, Portugal está finalmente entrando em sintonia com as tendências culturais que ganhavam força na Europa central e se deixando influenciar pelas Luzes. Nesse sentido, a Oficina do Arco do Cego – que tinha como principal função a publicação de livros de caráter técnico-científico baseados nos pressupostos naturalistas vigentes e voltados para o melhoramento da agricultura – situa-se numa posição estratégica para a consecução de certos objetivos almejados por atores importantes nos quadros da administração portuguesa.

O que se pretende neste artigo é examinar justamente o papel ocupado pela referida Oficina Literária no espectro mais amplo das articulações entre História Natural e administração colonial utilizando os aportes teóricos da História das Ciências para atacar o problema, sobretudo a partir das noções de *rede*, *interesses*, *translações*³. Não se trata, obviamente, de propor um caminho absolutamente novo, nem de descartar as

¹ A Casa Literária do Arco do cego teve seu nome alterado diversas vezes ao longo de sua curta existência e foi mencionada de diversas maneiras nos mais de dois séculos que nos separam da sua extinção. A história das mudanças no seu nome será explorada mais adiante; neste texto ela será citada preferencialmente como Casa Literária do Arco do Cego ou Oficina do Arco do Cego.

² É certo também que esse processo de modernização não ocorre de forma contínua e irrefreável, ele é sempre marcado por tensões, contradições, refluxos tradicionalistas. Entre os importantes exemplos dessa visão estão: CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999, p. 15-49; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: _____. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 39-126; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso brasileira*. Da reforma da Universidade à independência do Brasil. Lisboa: Editorial Estampa, 1999; NOVAIS, Fernando. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. In: _____. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 167-181; PEREIRA, Rodrigo Osório. *O Império Botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica Colonial (1768-1808)* - Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

³ Esse tipo de análise é tributário de contribuições teóricas dos *Science Studies* e de algum vocabulário conceitual desenvolvido pela teoria *ator-rede* e, principalmente, pelo campo da *sociologia das translações*. Cf. CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen in St. Brieuc Bay. In: LAW, John. *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* Londres: Routledge and Keagan Paul, 1986; LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2000; _____. *A esperança de Pandora*. Ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru, SP: EDUSC, 2001. Ver especialmente o capítulo 3.

contribuições fundamentais já produzidas até agora. Não será esse o tom do texto. Ao contrário, se trata de uma pretensão modesta, que mais se assemelha a uma conjectura. É a tentativa de entender as injunções que deram vazão à cultura ilustrada que, antecipando a crença cientificista no “Progresso pela via da Razão”, acreditava no avanço econômico e moral dos povos como *consequência necessária* da divulgação dos conhecimentos da História Natural. Mostrar como as práticas da História Natural criaram a noção da inexorabilidade do seu conhecimento para a consecução de objetivos políticos e econômicos, o paulatino surgimento de um *discurso da necessidade* que marca a ciência moderna.

O século XVIII europeu é identificado com a brutal difusão das idéias do Iluminismo: é o Século das Luzes. O projeto moderno, que teve suas bases lançadas três séculos antes, está agora nitidamente desenhado. Nesse período, o humanismo atinge suas formulações mais rebuscadas, a burguesia assevera sua condição de protagonista do devir histórico (ou, ao menos, se pensa desse modo) e a ciência se firma como modelo privilegiado de acesso e controle da natureza, tendo como carro-chefe a História Natural (o século XVIII é também o século da História Natural).

Ao contrário de outras regiões européias, onde os ideais iluministas inspiravam movimentos sediciosos e subversivos contra as monarquias nacionais, associados às lutas pela emancipação da burguesia, a Ilustração lusitana é amplamente patrocinada pelo Estado. Na História Política clássica, a conexão entre o poder do Estado “absolutista” e o Iluminismo foi chamada de “despotismo esclarecido”. O fenômeno esteve sempre associado às regiões periféricas da Europa na época, recantos onde a burguesia politicamente inexpressiva não oferecia perigo ao poder nobiliárquico tradicional. Júnia Furtado propõe uma interpretação diversa, mostrando que essa imagem subversiva e revolucionária do Iluminismo foi construída após os eventos de 1789 na França e argumenta que, mesmo nesse país, a ilustração foi financiada pela nobreza e pela monarquia e nasceu como “instrumento do Estado absolutista”⁴.

No Império português, esse movimento ocorre estreitamente vinculado ao reformismo ilustrado encampado pelo Secretário Geral de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Para grande parte da produção historiográfica relativa à *Era Pombalina*, o Iluminismo aporta em solo português através da influência do Marquês de Pombal⁵. Contudo, em um interessante estudo sobre as realizações

⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 36.

⁵ São representantes importantes dessa visão: NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*

museológicas no século XVIII português, *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*, João Carlos Pires Brigola propõe um recorte diverso para renovação da cultura portuguesa, refutando a aplicação de marcos políticos a eventos culturais⁶. As mudanças culturais portuguesas antecedem as reformas do Marquês de Pombal, tendo ocorrido desde as primeiras décadas do século XVIII. Essa posição é reforçada por estudos recentes que mostram, por exemplo, os esforços despendidos durante o reinado de D. João V (1707-1750) na criação de uma cultura ilustrada⁷. Obviamente, admite Brigola, a política pombalina impulsionou e favoreceu essa renovação cultural, que, “a altura das primeiras reformas, se tornara já incoercível”⁸. Segundo Ângela Domingues, a participação da Coroa participou “de forma quase onipresente” nesse processo de renovação cultural e científica, visto que ela era a principal interessada nessa produção que permitia um melhor conhecimento e exploração dos seus territórios⁹. Durante sua administração, Pombal esforçou-se por reorganizar a estrutura do Estado português. Fez reformas econômicas, educacionais e religiosas, quase sempre informado pelos preceitos iluministas.

Entre todas as reformas, a da Universidade de Coimbra – que tem início em 1772 – figura como uma das mais importantes. A partir da década de 1770, a Universidade se transforma em um dos principais centros de poder e tomada de decisão do Império português. Como ressalta Alex Gonçalves Varela, ela é:

formadora de recursos humanos qualificados para o aparelho estatal, ou seja, a preparação e treinamento de uma elite luso-americana, modernizadora e ilustrada, que se colocaria a favor de uma política de Estado, cujo objetivo era regenerar o Império Português.¹⁰

E é justamente através da História Natural – essa ciência que se tornou poderosíssima no século XVIII, pois conseguiu arregimentar muitos aliados, entre eles o Estado – que a Universidade de Coimbra conseguiu ocupar uma posição de tanto destaque. A reforma da Universidade marca uma inflexão que situa a História Natural

(1777-1808). São Paulo: HUCITEC, 1979; FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1982.

⁶ BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, p. 91.

⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*.

⁸ BRIGOLA. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*, p. 91.

⁹ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 8, suplemento, p. 823-38, 2001. Captado em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8s0/a02v08s0.pdf>. Acesso em 18 jul. 2014.

¹⁰ VARELA, Alex Gonçalves. A Trajetória do Ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua “Fase Européia” (1783-1800). *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 12, p. 165-190, 2007. Captado em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a09.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2014.

numa posição estratégica no jogo político.

Neste ponto, a análise aqui proposta diverge dos autores que afirmam que o Estado português *utilizou-se* da História Natural e que a produção e divulgação de conhecimento nesse campo faziam parte, simplesmente, de uma política de governo. Uma das grandes referências para essa matriz interpretativa encontra-se no clássico artigo de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Aspectos da Ilustração no Brasil*, escrito em 1968. Nesse estudo, fundamental para pensar a cultura ilustrada luso-brasileira – notadamente na relação entre Ilustração e Independência –, a autora carrega nas tintas ao enfatizar demasiadamente o papel do Estado nos estudos de História Natural do período pombalino. Aderindo a uma tradição intelectual cuja genealogia remete a Sérgio Buarque de Hollanda, Maria Odila Dias ressalta o utilitarismo como um traço cultural português. Para essa historiadora, durante os períodos pombalino e joanino, o pragmatismo português somou-se a “uma inclinação geral própria do tempo, uma política de Estado bem determinada”¹¹. Expondo seu ponto de vista, a autora assevera:

O papel da política de Estado nesse movimento de estudiosos, dedicados em sua maioria às ciências naturais, merece realce particular por suas múltiplas implicações, tanto na orientação dos estudos como na mentalidade dos principais políticos da Independência. *A publicação de memórias patrocinadas pela Coroa, sobretudo a partir de 1770, é fruto de uma política consciente e preocupada em fomentar a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal, em promover um renascimento da agricultura para compensar as oscilações do rendimento do “quinto”, os inconvenientes de um sistema fiscal sobrecarregado e a baixa do preço do açúcar, em virtude da concorrência estrangeira e, sobretudo, a partir do último quartel do século, em aproveitar as novas perspectivas que a conjuntura internacional parecia apresentar para o Brasil em razão dos desajustes ocasionados pela Revolução Francesa e pelas guerras napoleônicas.*¹²
[Grifo nosso]

Ou seja, há uma redução da ciência a uma “dimensão político-econômica”. Essa visão influenciou bastante a historiografia brasileira posterior e decorre de uma preocupação exclusiva em isolar o “contexto político” do “conteúdo científico” (mais do que de uma filiação às correntes “externalistas” da História das Ciências).

Nas últimas décadas essa imagem tem passado por transformações profundas, beneficiando-se tanto da contínua renovação dos estudos sobre o Brasil Colônia quanto da nova historiografia das ciências – que privilegia bastante esse período da nossa história. Essa nova historiografia se insurge contra a tradição cristalizada na obra de Fernando

¹¹ DIAS. *Aspectos da Ilustração no Brasil*, p. 48.

¹² _____. *Aspectos da Ilustração no Brasil*, p. 48-49.

Azevedo¹³, publicada originalmente nos anos 1950, que negava a existência de atividade científica no Brasil antes dos grandes institutos de pesquisa microbiológica do final do século XIX e início do XX e que tem como marco inaugural a fundação das universidades na década de 1930 (abrindo concessões a um ou outro precursor isolado em determinados campos do conhecimento). Essa nova leva de estudos tratou de ressaltar a proliferação de práticas científicas no território colonial a partir de múltiplas iniciativas: viagens filosóficas, formação de academias científicas, coleções naturalistas, museus, estabelecimentos de ensino (ressaltam-se instituições como o Museu Nacional, a Academia Real Militar e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro) e mesmo da rede formada pela “elite letrada” que ocupava os cargos administrativos do Império Português¹⁴.

O período da passagem do século XVIII para o XIX tem sido bastante visitado pela historiografia. É um momento crucial, marcado pelo ideário reformista, pelo apogeu da cultura da Ilustração e difusão das novas ciências e também pela crise de um modelo de administração colonial que levaria à transferência da corte portuguesa para o Brasil. A partir da análise das trajetórias de homens (e aqui a flexão de gênero é importante) que circularam entre a Metrópole e a Colônia ocupando espaços de poder e de saber, de ciência e de política, essa historiografia tem ressaltado a indistinção entre as funções exercidas. O naturalista e o estadista não são mais vistos como pólos cindidos, mas como aspectos conjuntos, característica mesma de um grupo da “elite colonial” nos séculos XVIII e XIX.

O pragmatismo e os “saberes de utilidade” não foram característicos somente da História Natural portuguesa e, muito menos, se apresentam como meros instrumentos dos interesses político-econômicos da Coroa portuguesa¹⁵. O fomento estatal à pesquisa e produção técnica e científica aparece com bastante força a partir do século XVIII nos principais Estados europeus, seguindo um modelo de patronagem similar ao que financiava as artes. Esse processo, contudo, não pode ser visto apenas pelo prisma do Estado. A mudança no modelo imperial português, para a qual chama atenção Lorelai

¹³ AZEVEDO, Fernando de. *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

¹⁴ FIGUEIRÔA, Sílvia. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). *Asclepio*, Madrid, v. L-2, p. 107-123, 1998; LOPES, Maria Margaret. As ciências dos museus: a História natural, os viajantes europeus e as diferentes concepções de museus no Brasil no século XIX. In: GOLDFARB, Ana Maria Alfonso e MAIA, Carlos Alvarez (orgs.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 721-732.

¹⁵ KURY, Lorelai. Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio. In: SOARES, Luís Carlos (org.). *Da revolução científica à big (business) science: cinco ensaios de história da ciência e da tecnologia*. São Paulo/Niterói: Hucitec/Eduff, 2001, p. 105-153; _____. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 11, suplemento 1, 109-29, 2004. Captado em: <http://www.scielo.br/pdf/hesm/v11s1/05>. Acesso em 13 jun. 2009.

Kury, não decorre de uma nova necessidade colonial¹⁶. As novas estratégias portuguesas se aproximam dos modelos de colonização francesa e inglesa, que aliavam o conhecimento da natureza dos territórios colonizados às políticas de colonização, assim a “ciência luso-brasileira da época enfrentou o desafio de *implementar uma política* de estabelecimento e divulgação de informações confiáveis sobre a natureza e as populações brasileiras e das demais colônias, que servisse para incrementar o controle do Estado”¹⁷.

No que pesem os grandes avanços proporcionados por essa literatura, as análises ainda garantem um lugar ativo de construção desse processo ao Estado. O apoio político, a apropriação dos conhecimentos e o estímulo estatal aparecem como os motores da transformação da História Natural em uma protagonista passiva do progresso. O Império português é o sujeito dos verbos de comando: ele coordena ações, mobiliza naturalistas, promove “viagens filosóficas”, faz publicar memórias, lança as bases para a institucionalização da ciência, se esforça para inventariar riquezas *por meio da ciência*, incumbe os estudiosos de tal ou qual atividade. E esta não é uma lista exaustiva. O papel de agência é assimétrico, a transformação da ciência em política de Estado é vista, por vezes irrefletidamente, como um caminho “natural” em direção à modernização da administração. Em parte, acredito que isso decorre da necessidade de retificação da visão (equivocada, sem dúvida) de Portugal como um território atrasado, à margem do processo de transformação social, política e intelectual que atravessava a Europa.

Neste artigo, propõe-se uma interpretação diversa desse processo, reconfigurando a questão nos termos da *translação*. Pode-se chamar de translação, o processo de *deslocamento de interesses* entre grupos distintos. Esses deslocamentos ocorrem toda vez que a consecução de um objetivo necessita da mediação e da arregimentação de aliados. O movimento de translação refere-se ao “trabalho através do qual os atores modificam, deslocam e transladam seus vários e contraditórios interesses”¹⁸.

A proposta de se estudar as translações nos permite perceber um movimento mais amplo: um movimento de reordenamento de toda uma rede. Nessa nova configuração, os centros de produção científica se tornam pólos dinâmicos do poder,

¹⁶ KURY. *Homens de ciência no Brasil*.

¹⁷ _____. *Homens de ciência no Brasil*, p. 111-112. Grifo nosso.

¹⁸ LATOUR. *A esperança de Pandora*, p. 356.

exatamente através da cadeia de translações que ele opera. Com isso, pensamos ser possível repensar o lugar da agência dos próprios naturalistas no interior do processo que alavanca a sua ciência a uma posição de extrema relevância. Os caminhos dos Impérios ultramarinos europeus não precisavam passar, obrigatoriamente, pela História Natural e pelos naturalistas, viagens filosóficas, memórias, jardins botânicos, museus e coleções. A convicção de que esse caminho resultaria na satisfação dos interesses colonialistas e imperiais resulta, certamente, de um deslocamento. Deslocamento que ocorre também com a produção científica. Esses grupos transladam interesses em direção a um interesse comum, qual seja, a produção de uma História Natural útil à administração.

Nesse caso, foi preciso que os naturalistas fossem capazes de convencer as instâncias superiores do Estado português a apoiá-los e financiá-los. A melhor forma de provar o valor de sua ciência e manter ou ampliar o apoio e o interesse do Estado na pesquisa era pesquisando e introduzindo seus produtos técnico-científicos na agenda política e, ao mesmo tempo, a melhor forma de realizar suas pesquisas – com viagens cada vez mais longas e com maiores equipes, coleções maiores e mais completas, melhores laboratórios e Academias, mais memórias publicadas – era tendo incentivo da Coroa. A criação do discurso da necessidade da ciência era parte integrante, constitutiva da prática dessa ciência; não era um ardil dos naturalistas que “fingiam estar pesquisando” para garantir posições de poder. Podemos dizer que essa concepção da História Natural como necessária e inexorável, aspecto fundamental da noção de progresso, era um efeito desse modo de produzir conhecimento. Ele se tornará também necessário a esse modo de gerir os negócios do Estado.

Não quero com isso fazer equivaler o lugar ocupado pela História Natural e pelo Estado nesse processo. É óbvio que o Império português possuía mais condições de realizar certas ações impossíveis aos naturalistas: disponibilizar recursos financeiros, por exemplo. No entanto, como é nítido no processo de translação, a História Natural é capaz de mobilizar redes inacessíveis de outro modo. Por isso, o emaranhamento dos interesses.

Como veremos, a Oficina do Arco do Cego foi bastante representativa desse tipo de movimento. Para isso, tinham que agir como naturalistas e também como estadistas, arregimentando aliados de ambos os lados. A divisão entre atividades políticas e atividades científicas deixa de fazer sentido quando acompanhamos o percurso desses homens. Quando, por exemplo, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira realiza sua

“Viagem Filosófica” ele depende tanto dos mapas, dos livros de História Natural e das substâncias químicas quanto da aprovação da Academia de Ciências de Lisboa e do financiamento do Ministério de Negócios e Domínios Ultramarinos¹⁹. Ao encargo do naturalista e sua equipe estavam as tarefas de coletar, classificar e preparar os espécimes que seriam enviados para Lisboa, verificar as condições das vilas e fortalezas sujeitas a eventuais invasões estrangeiras, estudar a agricultura, confeccionar mapas populacionais e de produção agrícola, entre outros. Podemos perceber comportamento semelhante, por exemplo, nas atividades do Frei José Mariano da Conceição Velloso, personagem que será explorado mais detidamente adiante.

Ao tratar indistintamente ações políticas e ações científicas não igualamos ciência e política, nem encampamos um relativismo onde “tudo vale”. Essa abordagem é uma tentativa de rastrear as diversas estratégias utilizadas por cientistas na sua prática cotidiana. Isso não implica, por parte dos naturalistas, numa adaptação consciente de seus conhecimentos de modo a “encaixá-los” no projeto estatal. Pelo contrário, o processo que colige os interesses de cada grupo por meio de translações é geralmente sutil e pouco perceptível para os envolvidos. A partir da perspectiva delineada acima, sugere-se uma nova chave de leitura para a Casa Literária do Arco do Cego, tentando percebê-la como mediadora de interesses, como o produto final de uma cadeia de translações.

História Natural e economia política

Nesta seção, antes de desenvolver as sugestões apontadas na introdução e avançar na proposta esboçada, é preciso que nos detenhamos na história da Oficina do Arco do Cego, atentando para uma descrição mais detalhada de alguns dos seus mecanismos. Será destacada a participação de dois agentes protagonistas dessa empreitada: o já referido naturalista Frei José Mariano da Conceição Velloso e D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Nascido José Velloso Xavier, na vila de São José Del Rey (atual Tiradentes), na capitania de Minas Gerais, em 1742²⁰, Frei José Mariano da Conceição Velloso só assumirá o seu nome religioso quando recebe ordens sacras, em 1766, no convento de S. Antônio do Rio de Janeiro, depois de cinco anos dedicados à carreira eclesiástica,

¹⁹ RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização – Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 7, p. 5-28, 1998. Captado em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg6-10.pdf. Acesso em 15 maio 2011.

²⁰ Essa é a data sugerida pela maior parte da bibliografia, embora ocasionalmente ocorra a indicação do ano de 1741 como ano de nascimento do Frei Velloso.

durante os quais professara no convento de S. Boaventura do Macacu. Já ordenado, segue os estudos de filosofia e teologia no Rio de Janeiro. No final da década de 1760, está envolvido com a docência; primeiro de geometria no convento de São Paulo e depois de História Natural no convento fluminense no qual professara²¹. Apesar de ter sido incumbido da docência de disciplinas que chamaríamos de científicas, Frei Velloso não possuía nenhum treino formal nessas áreas, embora provavelmente estivesse em contato com algumas inovações no ensino religioso ocorridas em Portugal na segunda metade do século XVIII. Segundo informam Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola, essa reforma “introduzia timidamente os estudos físico-matemáticos e filosófico-naturais, insinuando alguns princípios de geometria, e de ontologia e pneumatologia”²². É nesse ambiente que o nosso personagem desenvolverá suas notáveis habilidades como naturalista.

Sua destreza alcançou fama e, em 1783, Velloso foi encarregado pelo vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa – um homem sintonizado com a voga naturalista que encantava as nobrezas européias tanto no âmbito privado do “coleccionismo”, quanto do ponto de vista da implementação de políticas públicas informadas por esses princípios – a realizar um levantamento fitológico da capitania do Rio de Janeiro. As plantas recolhidas no desempenho dessa função seriam remetidas ao Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa. Durante oito anos, Frei Velloso esteve à frente desse projeto, que envolvia a participação de diversos outros religiosos naturalistas, ampliando o alcance de suas pesquisas para englobar não apenas espécimes da flora, mas também da fauna, além de diversas amostras minerais, que seriam regularmente catalogadas e enviadas para Lisboa. É certamente nesse período que Frei Velloso coleta o material botânico para a elaboração da sua obra mais conhecida, a *Florae Fluminensis*, um trabalho ao qual ele dedicaria grandes esforços ao longo de toda a sua vida, embora sua publicação só tenha acontecido postumamente, mais de uma década após a morte do Frei. Em 1790, o vice-rei, que estava voltando para Lisboa, convidou Frei Velloso para acompanhá-lo na sua ida ao Reino.

Em Portugal, as redes de sociabilidade intelectual estavam muito mais

²¹ BRIGOLA, João Carlos e NUNES, Maria de Fátima. José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811) – Um frade no Universo da Natureza. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999, p. 51-76. GAMA, José Saldanha da. *Biographia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Frei José Marianno da Conceição Velloso*. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro e Companhia, 1869; WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, suplemento 1, 2004.

²² BRIGOLA e NUNES. *José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811)*, p. 52.

articuladas, estabilizadas e densamente povoadas do que na colônia. Diversas instituições que atuavam de maneira mais ou menos articulada davam suporte ao processo simbiótico de fusão entre História Natural e Estado imperial²³. Ao mesmo tempo, Lisboa funcionava como o centro (ou um dos mais importantes centros) do Império português: para lá chegavam informações, produtos e pessoas de todo o Reino, de lá partiam expedições, funcionários e ordens.

Lá, Frei José Mariano da Conceição Velloso poderia se beneficiar mais incisivamente do seu vínculo com o *Real Museu da Ajuda* e expandir seus espaços de interação científica. Essa colaboração tornou-se efetivamente mais estreita, pois Velloso passou a trabalhar diretamente com o grande naturalista e professor Domingos Vandelli, na produção da *História Natural das Colônias*²⁴. Além disso, o frade naturalista autodidata ingressou no que era considerado o reduto do mais alto escalão da cultura ilustrada lusitana, a *Academia Real das Ciências*. Essa rápida ascensão nos meios cultos poderia significar maiores chances para a publicação da sua obra botânica. Esse era certamente um dos objetivos de Frei Velloso, que levara consigo do Brasil todo o material necessário para a publicação da obra, incluindo manuscritos e ilustrações, além de uma formidável coleção de espécies animais e vegetais. Segundo o estudo já citado de Brigola e Nunes, “o aperfeiçoamento e a publicação da *Florae Fluminensis*” eram “a missão primordial da sua presença na Corte”²⁵.

É a partir de meados da década de 1790 que as atividades do Frei Velloso concentram-se no que aqui mais nos interessa: o trabalho de edição. É daí que podemos perceber sua inserção no movimento que acarretaria, alguns poucos anos depois, no estabelecimento da Oficina Literária do Arco do Cego. Com efeito, apesar da maior preocupação com as atividades do Frei Velloso a partir do momento que ele assume mais funções editoriais, a distinção entre o que chamamos contemporaneamente de “produção de ciência” e “divulgação de ciência” não era tão nítida. Muitas vezes, a tradução de uma obra em língua estrangeira era acrescida de comentários sem distinção explícita no texto, outras vezes a compilação de vários textos sobre um mesmo tema (ou

²³ Uma revisão do papel de vários desses espaços, como o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, a Universidade de Coimbra, o Gabinete de História Natural e Jardim Botânico de Coimbra e a Academia Real das Ciências de Lisboa são analisados em: PEREIRA. *O Império Botânico*, p. 66-85.

²⁴ A elaboração da *História Natural das Colônias* e tudo o que ela envolvia de circulação de práticas, pessoas, técnicas, espécimes, ordens e instruções entre a Metrópole e as Colônias (a longa rede que esse projeto tece) é brilhantemente analisado em: PATACA, Ermelinda Moutinho. Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de História Natural nas Viagens Filosóficas portuguesas (1777-1808). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 125-138, jul-dez 2011.

²⁵ BRIGOLA e NUNES. *José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811)*, p. 61.

mesmo sobre um conjunto de temas) saía sob o nome do compilador, sem muitas referências aos originais. Essas formas de proceder – que de alguma forma causam estranhamento ao nosso sentimento contemporâneo de atribuição de crédito e responsabilidade por aquilo que é dito ou escrito, ferem as noções modernas de “propriedade intelectual” e parecem transgredir fronteiras estabilizadas – podem revelar uma noção diversa do que consideramos hoje “autoria intelectual”. Obviamente, essa não era a atitude exclusiva diante das obras e não implicava em um desconhecimento do autor. A relação com a autoria era bastante mais complicada. As *Cartas sobre os elementos da Botânica*, por exemplo, indicam em seu frontispício terem sido escritas por “J. J. Rousseau, com as notas, e adições de Thomaz Martyn; (quarta edição em Londres) traduzidas da língua inglesa por uma senhora desta Corte”²⁶. No *Breve Compêndio ou Tratado sobre a Eletricidade*, composto pelo reverendo Francisco de Faria Aragão, encontramos uma passagem assaz curiosa sobre essa relação com a atribuição de responsabilidade e crédito advinda da autoria. Ao expor os objetivos da obra, Faria Aragão afirma que

“o saber que houve um chamado Otto Guerick e outro Hauskebee, os quais fizeram a primeira tentativa sobre o vidro, sobre um globo etc. não faria mais claras as do meu leitor sobre a eletricidade; nem ele saberia mais nesta matéria quando soubesse que o Duque de Chaulne fez um condutor da grossura de um pé e comprimento de 15”²⁷.

Enfim, o motivo dessa digressão é o de mostrar que a ênfase dada por Frei Velloso aos trabalhos de edição não significava, naquele momento, um abandono da vida de naturalista. Não havia tão claramente, em muitos meios, a cisão entre “cientista” e “editor”. A publicação de obras de História Natural que interessassem à administração portuguesa, especialmente no que se refere ao aprimoramento das colônias no Além-Mar, fossem elas originais de pesquisa, tradução ou compilação de obras em língua estrangeira, era parte integral das atividades naturalistas.

Dessa forma, a partir de 1796, Velloso faz publicar, na Officina Patriarchal, um periódico dedicado – como informa o seu longo título – aos “novos descobrimentos e

²⁶ A própria forma de citação contemporânea privilegia uma noção de autoria. O caso dessa obra é ainda mais intrigante, posto que a tradutora, apesar de incluir uma dedicatória às senhoras portuguesas, não se identifica, provavelmente por questões ligadas a restrições de gênero. ROUSSEAU, Jean Jacques. *Cartas sobre os elementos da Botânica*. Lisboa: Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, 1801. [A grafia da citação foi atualizada].

²⁷ ARAGÃO, Francisco de Faria. *Breve Compêndio ou Tratado sobre a Eletricidade*. Lisboa: Typographia Chalcographica e Litteraria do Arco do Cego, 1800. [A grafia da citação foi atualizada].

melhoramentos n'agricultura, artes, manufaturas, comércio"²⁸. Através desse periódico circularam várias notícias e inovações voltadas para a agricultura e temas afins. Esse foi o início de um processo de colaboração com toda uma rede de tipografias lisboetas que incluíam, além da já mencionada Officina Patriarchal, a oficina de Simão Thaddeo Ferreira, a Casa do Infantado e a tipografia da Santa Igreja Patriarcal, com o propósito de fazer publicar toda uma infinidade de textos voltados para a utilização dos novos conhecimentos ilustrados nas indústrias agrícolas. As aventuras tipográficas do Frei Velloso em Lisboa chamam ainda mais atenção dos meios naturalistas da Corte portuguesa. Por essa época, um valioso aliado será atraído para esse ambicioso projeto – o poderoso Ministro do Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Durante o Setecentos, o Império português se tornou extremamente dependente da economia da sua colônia na América. Ao final desse século, com os primeiros sinais de exaustão da sua principal fonte de recursos, o ouro, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos – órgão diretamente responsável pela administração das colônias – procurava saídas para a manutenção do fluxo de excedentes em direção à metrópole²⁹. Uma das soluções encontradas foi o investimento nos melhoramentos agrícolas por meio da divulgação dos avanços da História Natural. Os incentivos à divulgação dos novos conhecimentos desenvolvidos por essa ciência fizeram parte dos esforços portugueses de revitalização da economia colonial. No caso do projeto editorial de Frei Velloso, do qual faz parte a Casa Literária do Arco do Cego, focava-se claramente no Brasil. A consecução desse projeto, contudo, dependia da adoção – por parte de setores do Estado português – de uma mentalidade mais ligada à Ilustração. Mais precisamente, era necessário que a classe dirigente lusa partilhasse da noção de progresso que se adensava em conjunto com a penetração da ciência moderna de forma cada vez mais profunda nas sociedades ocidentais. A vinculação entre a difusão de conhecimentos naturalistas e o aumento da produtividade de certa cultura agrícola não se dá de forma necessária, automática, espontânea³⁰. Ela demanda um longo trabalho cultural, que teve como uma das grandes expressões o Iluminismo.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi figura essencial para a adesão do Estado

²⁸ O nome completo do periódico era: *Paládio Portuguez e Clarim de Palas que annuncia periodicamente os novos descobrimentos e melhoramentos n'agricultura, artes, manufacturas, commercio, & offerecido aos senhores deputados da Real Junta do Commercio*. [A grafia da citação foi atualizada].

²⁹ COTTA, Francis Albert. *Subsídios para o entendimento do arcabouço formal da legislação portuguesa no século XVIII*. Captado em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/subsidiosparaentendimentodoarcaboucoformaldalegislacaoportuguesa.pdf>. Acesso em 11 jun. 2011.

³⁰ Por isso os livros de ciência editados nessa época insistiam em estabelecer esse vínculo.

português a essa perspectiva³¹. Obviamente, como já apontado acima, a influência das Luzes em Portugal já vinham de algumas décadas, mas o desempenho governativo de Sousa Coutinho contribuiu certamente para o aprofundamento e a consolidação desses ideais. Ele é um dos grandes agentes do movimento que translada os interesses da economia política colonial e da administração ultramarina em direção à História Natural. Não apenas pela via da difusão dos conhecimentos naturalistas (que é o caso dos trabalhos editoriais dos quais Sousa Coutinho incumbiu Frei Velloso), mas também pelo estímulo à produção de conhecimento sobre os territórios coloniais. Não é de menor importância notar que, nessa mesma época, as bases da moderna ciência econômica estavam sendo lançadas em Portugal e ela se dá justamente através da economia política, que aos poucos substitui o que era amplamente chamado de comércio³². O pensamento econômico que se formara sob a influência decisiva da Fisiocracia, enfatizava sobremaneira o papel da terra e da agricultura no desenvolvimento econômico. Essa ênfase concorre para a prioridade dada ao projeto de melhoramento agrícola encampado por Frei José Mariano da Conceição Velloso e D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

O primeiro fruto dessa colaboração é a publicação do *Fazendeiro do Brazil melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto*, cujo primeiro volume sai em 1798. Obra extensa – são 11 volumes, sendo um dedicado ao *criador* e os dez restantes dedicados ao *cultivador* –, se insere em gênero comum na literatura naturalista, as compilações comentadas. Seus assuntos cobrem um enorme espectro como as tinturarias, as “bebidas alimentosas” (cacau, café), as especiarias, as filaturas, a manteiga, o queijo, o leite e, com especial destaque, a cana-de-açúcar. Curiosamente, apenas um volume, o dedicado ao “fazendeiro criador”, foi impresso na Oficina do Arco do Cego, em 1801. Os demais foram impressos na Regia Officina Typographica, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira (quatro volumes), na Officina de João Procopio Correa da Silva e na Impressão Régia, onde o último volume foi publicado em 1806.

No prefácio do primeiro tomo Frei Velloso nos deixa saber que foi incumbido de “ajuntar e trasladar em português todas as Memórias Estrangeiras que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil, para melhoramento da economia rural e

³¹ CURTO. *D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego*.

³² Não é por acaso que os famosos *Princípios de economia política*, do Visconde de Cairu, tido como o primeiro economista brasileiro, tenham sido publicados em 1804. ARRUDA, José Jobson de Andrade e NOVAIS, Fernando. Prometeus e Atlantes na forja da nação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 2 (21), jul./dez. 2003, p. 225-243.

das fábricas que dela dependem, pelas quais ajudadas houvessem de sair do atraso e atonia em que atualmente estão”³³. É com essa missão que o naturalista vai se debater por quase duas décadas, até o seu retorno ao Brasil.

A sua grande originalidade, contudo, está na forma como aborda os problemas econômicos do desenvolvimento brasileiro a partir da ótica ilustrada, do “enciclopedismo agrarista”. As críticas à agricultura praticada no Brasil são bastante severas e Frei Velloso sugere que “abandonem a tosca e grosseira economia rural dos primitivos inquilinos do Brasil”³⁴. A implantação de um novo modelo de produção agrícola passava necessariamente, de acordo com a visão corrente entre esses homens, pela difusão dos novos conhecimentos naturalistas. É esse o pressuposto que permite a translação que tentamos rastrear aqui. Isto é, um objetivo muito caro à Coroa portuguesa, *o aumento do fluxo de excedentes provenientes do Brasil* vai se transformando, ao longo de uma extensa cadeia de translações, no mesmo objetivo fundamental para os naturalistas, *a produção e divulgação de conhecimentos baseados na História Natural ilustrada*. Nesse momento, setores decisivos do Estado português estão convencidos que o incentivo a esse projeto é uma das grandes soluções para a economia política portuguesa.

Esse plano atinge uma dimensão tão formidável que se torna incômodo depender de tipografias particulares, que estavam mais distantes do controle estatal, ou mesmo da Régia Officina Typographica, que possuía muitas outras obrigações, para publicar o material necessário à reforma do pensamento agrícola. A Oficina do Arco do Cego viria a cumprir a função de conceder relativa autonomia ao projeto. Essa tipografia se torna um ícone de uma forma peculiar de promoção de certas práticas culturais. Ao mesmo tempo, a institucionalização do apoio à História Natural concorre também para o estabelecimento de um maior poder de controle dessas práticas. Isto é, ao assumir oficialmente a direção das publicações naturalistas em território português, o governo dá sinais de que confia no potencial reformista desses conhecimentos, mas, simultaneamente, sugere uma preocupação em relação aos perigos revolucionários contidos na nova ciência. Os ecos do papel incendiário dos *philosophes*, mentores intelectuais da Revolução Francesa, eram causa constante de inquietação por parte de membros de um governo. Em uma cultura de Antigo Regime, nobiliárquica, a aceitação

³³ VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil*. Tomo I, parte I. Lisboa: Régia Officina Typographica, 1798. p. i.

³⁴ _____. *O Fazendeiro do Brasil*, p. xxiv.

dos valores do progresso e da razão se dava de forma instável, conflituosa, ambígua. Por isso, o processo de modernização deveria ser conduzido pelo Estado, de modo a tentar controlar sua difusão e seus impactos.

Com efeito, esses conflitos podem ser lidos como sintomas da profunda crise que o Antigo Regime português estava a atravessar e que o levaria ao declínio e que atingia também a relação colonial³⁵. Curiosamente, a crise das colônias ultramarinas modernas atingira intensamente outras regiões das Américas antes do Brasil. Assim, aponta Celso Furtado, “praticamente todos os produtos da colônia se beneficiam de elevações temporárias de preço. O valor total da exportação de produtos agrícolas praticamente duplica entre os anos oitenta do século XVIII e o fim da era colonial”³⁶. Isso parece ter gerado um sentimento paradoxal nos homens que, como Frei Velloso e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, insistiam nos melhoramentos da agricultura. Por um lado, esse espantoso aumento das exportações reflete a importância da agricultura para a economia colonial. Ao mesmo tempo, percebe-se a “defasagem” dessa “economia rural” em relação aos preceitos correntes nos círculos ilustrados.

Essas ressalvas implicam em um processo de translação muito delicado, um complicado trabalho de transformação de objetivos, um entrelaçamento de interesses que surgem conflitantes e se coligem com base em um equilíbrio frágil. É no seio de processo que se estabelece, em 1799, a *Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego*, primeiro nome oficial da instituição. Infelizmente, os pesquisadores (pelo menos os aqui consultados) não conseguiram ainda localizar o documento oficial que formaliza a sua criação. No entanto, sabe-se que já era uma vontade de Sousa Coutinho a criação de um “Estabelecimento Científico”. Deixada a direção a cargo de Frei Velloso, a tipografia agrega um grande número de jovens brasileiros envolvidos em atividades intelectuais em Lisboa, constituindo-se num importante espaço de sociabilidade para esse grupo e numa referência para essa geração.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a existência meteórica da Oficina, que durou apenas de 1799 a 1801, o que aguça ainda mais curiosidade dos pesquisadores em torno dessa instituição, esconde a permanência de alguns vínculos da rede que tentamos delinear neste texto. Já foi apontado acima como a colaboração entre Frei Velloso e D. Rodrigo já se articulava antes da fundação da Oficina e como o naturalista brasileiro mobilizara uma série de tipografias em Lisboa para cumprir a sua função. Da

³⁵ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

³⁶ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970, p. 92.

mesma forma, o baixíssimo número de obras que saem com o pé-de-imprensa com o nome da Casa em 1799 (apenas duas segundo o catálogo bibliográfico) não nos deixa perceber a complexidade do processo de produção de um livro nesse contexto³⁷. A *Descrição sobre a cultura do cânhamo*, por exemplo, foi executada na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira e é o nome dessa tipografia que consta no frontispício da obra. No entanto, o pagamento desse serviço consta da folha de balanço da Oficina do Arco do Cego e foi ela que realizou as encadernações³⁸. Essa divisão de trabalhos editoriais de uma mesma obra pode indicar o caráter ainda precário das instalações do Arco do Cego no seu primeiro ano de funcionamento. Isso é reforçado pelo expressivo aumento do número de títulos publicados sob o nome da Casa nos anos seguintes, sendo 38, em 1800, e 43, em 1801. Ao todo, 83 títulos foram publicados pela casa nos seus 28 meses. E sua independência vai se reforçando ao passar do tempo, com o amadurecimento da experiência.

Em 1800, a oficina passa a se chamar *Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego*. Essa mudança não é apenas uma questão de nomenclatura, ela indica uma maior estruturação da instituição e uma maior capacitação para publicar obras naturalistas. A calcografia era a arte de gravar em metal, utilizada para a impressão de figuras e ilustrações, absolutamente imprescindíveis em um livro de História Natural. No caso do Arco do Cego, do total das 83 obras publicadas, 45 possuíam gravuras. Com a transformação em “tipografia calcográfica”, o Arco do Cego passa a ser capaz de produzir suas próprias gravuras, o nível de complexidade das suas edições aumenta consideravelmente, o número de pessoas trabalhando diretamente para a Oficina aumenta. Em 1801, nova mudança. Capaz agora de produzir os tipos móveis com os quais são impressas as obras, a Casa passa a se chamar *Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego*. Torna-se um estabelecimento que realmente domina praticamente todas as etapas da cadeia de produção livresca. Até o papel utilizado era, por vezes, produzido nas instalações do Arco do Cego. A Oficina contava com uma equipe extensa de colaboradores e até com uma Aula de Gravura, na qual eram treinados jovens para trabalhar na ilustração dos livros³⁹.

Depois de prontos os livros, a tipografia se encarregava de vendê-los ou

³⁷ Cf. O Catálogo Bibliográfico constante em: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, p. 141.

³⁸ LEME, Margarida Ortigão Lemos Paes. Um breve itinerário editorial: do Arco do Cego à Impressão Régia. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, p. 98.

³⁹ FÁRIA, Miguel. Da facilitação e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, p. 107-137.

distribuí-los. Em vários dos volumes lá editados é possível encontrar um catálogo das obras disponíveis e uma indicação dos locais onde poderiam ser adquiridos. Além de possuir uma loja própria em Lisboa, recomendava lojas na mesma cidade e também em Coimbra e no Porto. Constantemente, lotes de livros editados pela Casa Literária do Arco do Cego eram remetidos ao Brasil, onde eram vendidos ou distribuídos basicamente para grandes proprietários rurais ou clérigos. No entanto, apesar dos esforços dispensados, a literatura histórica sobre o tema aponta conclusões bastante céticas acerca do alcance dos livros saídos do prelo do Arco do Cego. Para Robert Wegner, a história do Arco do cego, antes de se constituir numa história da leitura, é uma “história da ausência de leitura”⁴⁰. Já Manuela Domingos considera “parcas as receitas de livros registradas na curta vida da Oficina”⁴¹. Esse pessimismo em relação à efetiva circulação dos conhecimentos divulgados pelo Arco do Cego serve como aviso para que não superestimemos o papel dessa instituição no universo imperial português. O relativo fracasso do projeto de divulgação da História Natural, que é percebido pelas dificuldades financeiras enfrentadas pela tipografia ao longo de todo último ano de funcionamento, tem sido aventado como principal causa para a extinção da instituição. Em 1801, a Oficina é abolida e integrada à Impressão Régia, da qual Frei Velloso fará parte da Junta Administrativa, Econômica e Literária. Apesar das aspirações de manutenção dos trabalhos do Arco do Cego no interior da nova instituição, o projeto se diluiu em meio a diversas demandas. Assim, essa articulação entre História Natural e administração colonial que havia tido como uma das grandes expressões a Oficina do Arco do Cego, se dispersará novamente, embora outras instituições mantenham um sentido semelhante. No entanto, mais que nenhuma outra instituição, o Arco do Cego se tornou um importante espaço institucional para a consecução de objetivos de dois grupos distintos. Naturalistas e aristocratas a cargo da gestão dos negócios coloniais vincularam seus interesses, que tomou corpo na tipografia do Arco do Cego.

Considerações Finais

Neste texto, defendemos a hipótese de que a Oficina Literária do Arco do Cego – instituição que, entre 1799 e 1801, publicou quase uma centena de obras voltadas para a difusão de conhecimentos provenientes da História Natural capazes de serem aplicados ao desenvolvimento agrícola de Portugal e do Brasil – se tornou um *ponto de*

⁴⁰ WEGNER. *Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial*.

⁴¹ DOMINGOS, Manuela. Mecenato político e economia da edição nas Oficinas do Arco do Cego. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, p. 91-105.

passagem obrigatório para agentes do alto escalão do Estado português e também para os naturalistas interessados em atuar com desenvoltura em um ambiente que vagarosamente deixava penetrar ideais e perspectivas ilustradas.

Esse processo dependeu em larga escala de movimentos chamados aqui de translação. As translações são nada mais que deslocamentos de interesse. No caso em questão, os dois principais grupos envolvidos possuíam interesses à primeira vista distintos. Enquanto os naturalistas estavam preocupados em produzir e divulgar seus conhecimentos, os estadistas buscavam uma maneira de fortalecer a economia portuguesa, profundamente dependente das colônias, especialmente do Brasil, uma vez que o ouro brasileiro iniciava seu período de decadência. Através de um longo processo, no entanto, os agentes da administração colonial, tendo como especial destaque o Ministro do Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, foram convencidos que a realização do seu objetivo coincidia com a realização do objetivo naturalista. Isto é, houve um deslocamento no interesse que fez com que a meta inicial, que era *aumentar o fluxo de excedentes da colônia para a metrópole*, se transformasse em *aprimorar a economia colonial* e daí em *financiar a História Natural* e, finalmente, em *divulgar a produção naturalista*.

Essa cadeia de translações dependia claramente da adoção de uma perspectiva mais identificada com o progresso científico e com a capacidade da utilização de estudos naturalistas na economia rural das colônias. A estrutura nobiliárquica portuguesa não se deu conta, de repente, da importância da ciência. Ela foi se vinculando a diferentes atores, estabelecendo conexões numa rede que possibilitava a consecução dos seus objetivos através da História Natural.

O que queremos indicar a partir deste levantamento é como, ao longo das práticas científicas desses homens, a imersão na burocracia estatal não surge como um obstáculo ou uma cooptação. O que pretendemos sugerir é que a indiscutível importância da História Natural para as estratégias coloniais portuguesas do final do século XVIII não é um dado automático, intrínseco à política imperial e colonial. Essa importância é adquirida através de uma série de deslocamento de interesses, de uma *longa cadeia de translações* que tecem as enormes redes sócio-técnicas por sobre todo o Atlântico e além dele.

Esse exemplo não é uma demonstração, ele é um gancho para mais questões. Questões que as análises tradicionais ocultam quando separam a atividade científica da atividade política. O que pretendemos fazer é justamente o oposto, mostrar como essas

atividades fazem parte do mesmo movimento. Quando Frei José Mariano da Conceição Veloso ou Vicente Coelho de Seabra Teles pesquisam, redigem e publicam as suas memórias, eles estão fazendo ciência ou política? Quando a Coroa portuguesa financia uma viagem ao Rio Negro, quando publica um manual de botânica ou quando encampa um projeto de vulto como a Oficina Literária do Arco do Cego ela está fomentando a pesquisa ou colonizando?

Tentamos perceber como os naturalistas da virada do século XVIII para o XIX *mobilizaram o mundo natural e o Império português numa única operação*. Essa visão poderia estender-se se observássemos mais de perto as coleções que montaram em seus museus e gabinetes, se os acompanhássemos em suas expedições filosóficas, se participássemos das acaloradas discussões que ocorreram nos salões das Academias.

Recebido em: 24/03/2014

Aceito em: 05/08/2014